PROJETO PEDAGÓGICO – PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	
INTITUIÇÃO DE ENSINO	Unieducar
CREDENCIAMENTO	Parecer 0305/2021 - Câmara de Educação Superior e Profissional
MANTENEDORA	Unieducar Inteligência Educacional – CNPJ 05.569.970/0001-26
REGISTRO MEC SISTEC	43970 – SISTEC - Parecer CEE-CE No. 305/2021
REGISTRO SICAF – PJ	170038
REGISTRO ABED	5.139 – Categoria Institucional
REGISTRO CFA/CRA	PJ – 3457 – CE

Declaramos, a pedido do(a) interessado(a), e para fins de prova junto ao respectivo órgão empregador, que o curso abaixo citado encontra-se disponível para matrícula, como programa de **Extensão / Capacitação**, junto à **Unieducar**, com data para início e término a definir, conforme carga horária assinalada.

METODOLOGIA: O conteúdo dos cursos de Extensão pode ser disponibilizado conforme a evolução do programa, e em função de sua correspondente carga horária. Os objetos instrucionais são apresentados em uma interface diagramada de fácil navegação no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA. O acesso às videoaulas e demais objetos instrucionais, além de materiais extras disponíveis na biblioteca (e-books), exercícios, audioaulas e videoteca é bastante intuitivo e proporciona uma experiência de interatividade no processo de aprendizagem a distância. Os programas preveem a participação do aluno em atividades de interação no AVA. Tais atividades - passíveis de serem comprovadas, podem ocorrer por meio de conversação em tempo real, fóruns, videoconferências, jogos, aulas participativas, trabalhos em equipe, discussões, dinâmicas de grupo, estudos de caso ou simulações.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DA AÇÃO DE DESENVOLVIMENTO: O programa de Extensão / Capacitação prevê a participação ativa do inscrito nas diversas atividades propostas. O aluno matriculado em um programa de capacitação deve cumprir rigorosamente com o cronograma de atividades a seguir detalhado, aplicando 8 (oito) horas diárias no desenvolvimento das seguintes ações durante todo o período de acesso ao conteúdo:

ATIVIDADES/HORÁRIOS	08h-09h	09h-10h	10h-11h	11h-12h	12h-14h	14h-15h	15h-16h	16h-17h	17h-18h
Videoaulas Audioaulas	■	■			INTERVALO	■	■		
E-books Audiobooks		■	■		INTERVALO		■	■	
Atividades/Interação				■	INTERVALO				■
Suporte c/Tutoria			■	■	INTERVALO			■	
TOTAL DE HORAS DIÁRIAS APLICADAS NO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES									8 (OITO)

SINCRONICIDADE: Os programas de Extensão / Capacitação são caracterizados como síncronos, a partir do momento da inscrição, com a indicação por parte do aluno, da data que iniciará, tendo em vista que passa a ter as datas de início e término definidas.

TUTORIA E FORMAS DE INTERAÇÃO: Os programas de Extensão / Capacitação recebem suporte de uma tutoria especificamente designada para acompanhamento do rendimento dos alunos. A interação é realizada online por meio da plataforma AVA. A tutoria é desenvolvida de modo proativo e consiste na assistência didática, compartilhamento de informações, troca de experiências, estímulo ao cumprimento dos exercícios propostos e cooperação visando o melhor aproveitamento dos conteúdos estudados. A tutoria é desempenhada pelo corpo de tutores da Unieducar e a interação entre tutores, estudantes e a coordenação do curso é exclusivamente online, onde são agendadas ações síncronas em outras modalidades (fóruns, videoconferências, chats etc.). A tutoria efetiva encaminhará módulos de conteúdos com atividades avaliativas semanalmente, para que o estudante possa complementar os estudos quanto ao tema desenvolvido no curso.

AVALIAÇÃO/CERTIFICAÇÃO: Nos programas de Extensão / Capacitação a avaliação é qualitativa e múltipla. A nota da avaliação final pode contemplar fatores e formas de avaliação diversas, tais como a elaboração de redações durante e ao término do programa, bem como a frequência e participação em eventos de conversação em tempo real, nas quais são observadas as contribuições de ordem teórica e prática, além de outras modalidades de avaliação individual, bem, como: a realização de atividade avaliativa ao término de cada aula ou módulo de conteúdo e a realização de atividade avaliativa final, com pontuação, ao término da capacitação. A geração do certificado eletrônico é condicionada à verificação de aproveitamento mínimo de 70% nas atividades de

avaliação. Todos os cursos contam com ferramenta de avaliação de conteúdo (aprendizagem) e institucional, que somente é disponibilizada após transcorrido o prazo mínimo correspondente à carga horária certificada.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR: Os programas de Extensão / Capacitação apresentam organização curricular elaborada a partir de projetos pedagógicos específicos, elaborados por uma equipe pedagógica multidisciplinar, que acompanha o projeto, desenvolvimento e atualização de conteúdo. TECNOLOGIA DE EAD/E-LEARNING: Após a elaboração dos conteúdos é realizada a migração para o Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA, o que demanda a aplicação de tecnologias de Design Instrucional adequadas aos assuntos abordados. MATERIAIS DIDÁTICOS: Os conteúdos programáticos dos cursos de Extensão / Capacitação são lastreados em materiais didáticos constantemente atualizados. Dentre os objetos de aprendizagem podem ser disponibilizados videoaulas; livros eletrônicos (e-books); audioaulas; desafios; exercícios e testes; além de conteúdos de fontes externas, a partir de material relacionado. INTERAÇÃO E SUPORTE ADMINISTRATIVO: Os programas de Extensão / Capacitação contam – além do suporte de tutoria especializada - com uma infraestrutura de apoio que prevê a interação entre alunos e alunos; alunos e professores/tutores; e alunos e pessoal de apoio Administrativo. Essa interação é garantida por meios eletrônicos com registros de chamados e/ou por meio telefônico, conforme o caso. O AVA utilizado pela Unieducar é uma plataforma proprietária, desenvolvida e atualizada permanentemente, e permite, dentre outras facilidades, o acompanhamento das horas de estudo a distância e presencial, conforme o caso. SOBRE A

INSTITUIÇÃO DE ENSINO: A Unieducar é uma Instituição de Ensino Superior mantida pela Unieducar Inteligência Educacional, que atua – desde 2003 - com a idoneidade e credibilidade atestada por diversos órgãos públicos, e empresas privadas, além de milhares de profissionais, servidores públicos, estudantes e professores universitários de todo o Brasil. Instituição de Ensino Credenciada pelo MEC; cadastrada junto ao SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Governo Federal - como fornecedores de cursos e treinamentos junto à Administração Federal. A Unieducar é associada à ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância e à IELA - International E-Learning Association. Atende mediante Nota de Empenho todos os órgãos públicos Federais, Estaduais, Distritais e Municipais, emitindo a respectiva documentação fiscal (Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica) vinculada às matrículas.

ESTRUTURA DO CURSO - COMPONENTES CURRICULARES

TÍTULO DO PROGRAMA: Atualização Jurídica – Direito Administrativo - Ato Administrativo - Lei 9.784/99

CARGA HORÁRIA: 40 horas

PRAZO MÍNIMO PARA CONCLUSÃO: 5 dias.

PRAZO MÁXIMO PARA CONCLUSÃO: 30 dias.

OBJETIVOS GERAIS:

Excelência em Gestão Pública: Ato Administrativo e Lei 9.784/99

No cenário de modernização do Estado, o domínio do regime jurídico administrativo é o que separa a gestão eficiente da insegurança jurídica. O curso Atualização Jurídica – Direito Administrativo oferece uma imersão profunda na teoria e na prática dos atos e processos administrativos, focando na Lei 9.784/99. Esta formação é indispensável para servidores públicos e advogados que buscam alinhar-se às novas exigências da LINDB e às recentes interpretações dos tribunais superiores sobre o controle da discricionariedade e a proteção da confiança no setor público.

Benefícios Estratégicos e Aplicabilidade no Mercado Atual

Ao participar deste curso, você terá acesso a uma atualização rigorosa sobre o impacto da Lei do Governo Digital e da LGPD na atividade administrativa, competências raras e extremamente valorizadas no mercado 4.0. O programa capacita o profissional a lidar com atos automatizados e algoritmos, garantindo o dever de motivação mesmo em decisões digitais. Em um mercado que exige cada vez mais consensualidade, o domínio sobre mediação e acordos substitutivos permite que o agente público ou o advogado atue de forma estratégica, reduzindo a judicialização e otimizando a eficiência administrativa com segurança jurídica e foco em resultados.

Diferenciais Técnicos e Impacto Profissional

A metodologia aplicada foca no desenvolvimento de uma visão pragmática, permitindo que o aluno compreenda o consequencialismo da LINDB para avaliar os impactos reais de decisões e anulações de atos sob os novos artigos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Além de dominar toda a dinâmica processual da Lei 9.784/99 — incluindo prazos, impedimentos e o sistema recursal — o profissional será introduzido às fronteiras da Inteligência Artificial e à auditoria de algoritmos públicos. Todo o aprendizado é consolidado por meio de exercícios resolvidos e comentados, garantindo que a teoria se transforme em uma ferramenta de aplicação imediata no cotidiano funcional, elevando o padrão de segurança e ética na atuação institucional.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Proporcionar ao estudioso na área uma visão abrangente sobre os temas elencados no Conteúdo Programático.

DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO: O desenvolvimento do conteúdo programático requer a realização das seguintes atividades/dinâmicas, com vistas ao cumprimento da correspondente carga horária deste programa de capacitação:

- O aluno deverá assistir e eventualmente voltar a assistir às videoaulas, com o objetivo de fixar o conteúdo trabalhado pelo professor;
- Para cada aula ministrada, o Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA disponibiliza um ou mais e-books, a fim de que o aluno possa ler e reler os textos de apoio, aprofundando o estudo sobre cada um dos tópicos ministrados, objeto de seu desenvolvimento neste programa;
- O programa disponibiliza ainda uma lista de exercícios propostos, visando a fixação do conteúdo trabalhado, especialmente com questões/problemas que exigem a aplicação dos conceitos desenvolvidos nas aulas e nos livros-texto às situações concretas apresentadas;
- O aluno é também acompanhado por um ou mais tutores designados pela Instituição de Ensino. No AVA, o aluno dispõe ainda de um canal de interação com esses professores especialistas nas matérias objeto das aulas.

Cumprindo então todas essas atividades, agrupadas nos quatro itens acima, o aluno poderá usufruir de uma experiência de aprendizado enriquecedora, aproveitando todas as ferramentas que a Instituição coloca à sua disposição e, consequentemente, aprimorando sua qualificação profissional. Resta evidenciado que a carga horária total não está atrelada ao tempo de duração das videoaulas, mas à diligente observância do que é proposto neste projeto pedagógico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

REGIME JURÍDICO E PRINCÍPIOS ATUALIZADOS
Introdução ao Direito Administrativo Contemporâneo; Princípios Constitucionais (LIMPE); Princípios da Lei 9.784/99; O impacto da LINDB (Lei 13.655/2018) na Interpretação dos Princípios; Segurança Jurídica e Proteção da Confiança; Exercícios Propostos Resolvidos e Comentados;
TEORIA GERAL DO ATO ADMINISTRATIVO
Diferenciação entre Fato, Ato da Administração e Ato Administrativo; Requisitos/Elementos de validade (Competência, Finalidade, Forma, Motivo e Objeto); Discricionariedade e Vinculação; O Mérito Administrativo e os limites do Controle Judicial; Exercícios Propostos Resolvidos e Comentados;
ATRIBUTOS E CLASSIFICAÇÕES DOS ATOS
Presunção de Legitimidade e Veracidade; Imperatividade; Autoexecutoriedade; Tipicidade; Classificação quanto ao Alcance, Regramento e Formação (Atos Simples, Compostos e Complexos); Exercícios Propostos Resolvidos e Comentados;
DINÂMICA DO ATO: EXTINÇÃO E SANATÓRIA
Revogação (Conveniência e Oportunidade); Anulação (Ilegalidade) e o prazo decadencial; Cassação, Caducidade e Contraposição; Teoria das Nulidades; Convalidação e Conversão de Atos Administrativos; Exercícios Propostos Resolvidos e Comentados;
LEI 9.784/99 – FUNDAMENTOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO
Âmbito de aplicação e definições; Direitos e Deveres dos Administrados; O Dever de Decidir da Administração Pública; Critérios de interpretação e Aplicação de Normas Retroativas; Exercícios Propostos Resolvidos e Comentados;
DINÂMICA PROCESSUAL NA LEI 9.784/99
Início do Processo e Interessados; Competência e Delegação/Avocação; Impedimentos e Suspeição de Agentes Públicos; Forma, Tempo e Lugar dos Atos Processuais; Comunicação dos Atos (Intimações); Exercícios Propostos Resolvidos e Comentados;
INSTRUÇÃO, DECISÃO E RECURSOS
Fase Instrutória: Ônus da prova e produção de evidências; Pareceres Obrigatórios e Facultativos; Desistência e Extinção do Processo; Fase Decisória e Motivação; Sistema de Recursos Administrativos e Reclamação; Exercícios Propostos Resolvidos e

Comentados;

O ATO ADMINISTRATIVO NO CENÁRIO DIGITAL

Lei do Governo Digital (Lei 14.129/2021); O Ato Administrativo Eletrônico e Assinaturas Digitais; Eficiência e Transparência no Processo Eletrônico; Atos Automatizados e o Uso de Algoritmos na Decisão Administrativa; Exercícios Propostos Resolvidos e Comentados;

SEGURANÇA JURÍDICA E CONSEQUENCIALISMO - LINDB

Artigos 20 a 30 da LINDB; Análise de Consequências Jurídicas e Administrativas na Anulação de Atos; O Erro Substancial e a Regularização de Situações Consolidadas; Responsabilidade Pessoal do Agente Público (Dolo e Erro Grosseiro); Exercícios Propostos Resolvidos e Comentados;

CONSENSUALIDADE E NOVAS TENDÊNCIAS

A Administração Consensual: Acordos substitutivos e termos de ajustamento de conduta; Arbitragem e Mediação na Administração Pública; Tendências de interpretação do STF e STJ sobre o Processo Administrativo; Exercícios Propostos Resolvidos e Comentados;

ATO ADMINISTRATIVO E A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

O Tratamento de Dados Pessoais pelo Poder Público; Requisitos Legais para o Tratamento de Dados na Atividade Administrativa (Art. 23 da LGPD); Conflito entre Transparência Pública (Lei de Acesso à Informação) e Privacidade; O Impacto da LGPD na Motivação e Publicidade do Ato Administrativo; Responsabilidade do Agente Público no Manuseio de Dados Pessoais; Exercícios Propostos Resolvidos e Comentados;

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E O FUTURO DO ATO ADMINISTRATIVO

O Uso de Ferramentas de IA na Formação do Convencimento da Administração; Decisões Algorítmicas e o Dever de Motivação Explicável; Riscos de Vieses e Discriminação em Atos Administrativos Automatizados; O Controle de Legalidade e a Auditoria de Algoritmos Públicos; Ética e Human-in-the-loop na Atuação Administrativa Tecnológica; Exercícios Propostos Resolvidos e Comentados.